

## **Protagonismos indígenas em Mato Grosso (do Sul): Memórias, narrativas e ritual Kadiwéu sobre a Guerra (sem fim) do Paraguai.**

**Indigenous protagonisms in Mato Grosso (South):  
Kadiwéu memories, narratives and ritual on Paraguayan War (without  
end).**

Giovani José da Silva\*

**Resumo:** O objetivo do artigo é apresentar perspectiva diferente do conflito bélico conhecido por Guerra do Paraguai (1864-1870), a partir de breve apresentação e análise de narrativas recolhidas por antropólogos (décadas de 40, 80 e 90 do século XX e início do XXI) entre indígenas Kadiwéu, referentes, sobretudo, às memórias de anciãos. Verificando-se o protagonismo indígena exercido durante a Guerra pelos Guaikuru, ancestrais Kadiwéu, se impõe a necessidade de que outros pontos de vista sejam considerados, a fim de se obter uma visão holística e plural do evento histórico e de seus desdobramentos para populações dos países envolvidos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Para os indígenas, a Guerra do Paraguai jamais foi encerrada, demonstrando que a memória social Kadiwéu vem produzindo e reproduzindo o evento histórico, inclusive por meio de ritual, por sucessivas gerações, chegando aos dias de hoje com força e vitalidade, a despeito de transformações vividas ao longo do tempo pelo grupo.

**Palavras-chave:** Protagonismo indígena. Kadiwéu. Guerra do Paraguai.

**Abstract:** The objective of this article is to present a different perspective of the war known as the War of Paraguay (1864-1870), from a brief presentation and analyze of narratives collected by anthropologists (decades of the 40s, 80s and 90s of the 20th century and the beginning of the 21st century) among Kadiwéu natives, mainly referring to the memories of elders. The indigenous protagonism exercised during the War by the Guaikuru, Kadiwéu ancestors, is necessary for other points of view considered in order to obtain a holistic and plural view of the historical event and it is unfolding for the peoples of the countries (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay). For the natives, the Paraguayan War never closed demonstrates that the Kadiwéu

---

\* Doutor em História. Pós-Doutor em Antropologia e História. Docente na Unifap - Universidade Federal do Amapá.

social memory has been producing and reproducing the historical event, even though ritual, by successive generations, reaching the present day with force and vitality, in spite of transformations lived over time by the group.

**Key words:** Indigenous protagonism. Kadiwéu. War of Paraguay.

“Isso aqui, quando ganharam esta área, é aquele tempo da Guerra do Paraguai. Diz que brigaram o Brasil. Aí quando estava para perder o Brasil, aí chamaram os índios. Naquele tempo eram índios cavaleiros. Ganhou o Brasil”  
(Cândido Kadiwéu In: PECHINCHA, 1994)

### Considerações iniciais

A Guerra do Paraguai ou *Guerra de la Triple Alianza* ou, ainda, *Grande Guerra*, como a chamam popularmente os paraguaios, ocorreu há 150 anos (1864-1870). Isso é o que muitos acreditam, sobretudo após a leitura atenta de algumas das inúmeras obras a respeito do sangrento conflito platino ocorrido na segunda metade do século XIX (MENEZES, 1998; DORATIOTO, 2002; BORGES; PERARO, 2012, por exemplo). Para muitos indígenas da etnia Kadiwéu<sup>1</sup>, contudo, a Guerra do Paraguai ou *Gaxiana*<sup>2</sup> jamais se encerrou, de fato. Narrativas coletadas junto a indígenas por antropólogos, em distintos períodos do século XX (RIBEIRO, 1980; SIQUEIRA JÚNIOR, 1993; PECHINCHA, 1994), demonstram que a memória social Kadiwéu vem produzindo e reproduzindo o evento histórico, inclusive por meio de ritual, por sucessivas gerações, chegando ao início do século XXI com força e vitalidade. Isto, a despeito de inúmeras transformações vividas pela sociedade Kadiwéu ao longo de décadas de contato intenso com não indígenas.

Diferentemente, porém, de se buscar em documentos escritos a participação de indígenas, em geral, e, particularmente, dos Kadiwéu (ou dos Mbayá-Guaikuru, seus antepassados) na Guerra, como já fizeram alguns pesquisadores (ALMEIDA, 2006; CORRADINI, 2007; COSTA, 2008; 2012), o desafio proposto no presente artigo é outro. Trata-se de tentativa de uma leitura histórico-antropológica (ALMEIDA, 2012a) de narrativas de anciãos e anciãs Kadiwéu sobre o conflito, verificando-se, por meio da memória social (FENTRESS; WICKHAM, 1992), o protagonismo exercido por populações indígenas em um evento marcante para a

---

<sup>1</sup>Alerta-se que, exceto nas citações, em todas as nomenclaturas referentes às sociedades indígenas foram seguidas as normas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), de 1953. Cf. SCHADEN, 1976, p. XI-XII.

<sup>2</sup>Para a grafia dessa e de outras palavras em língua Kadiwéu foi utilizado o Dicionário da língua Kadiwéu (GRIFFITHS, 2002).

história do Brasil e, particularmente, para a região Centro-Sul brasileira. Além disso, faz-se a apresentação sumária de um ritual Kadiwéu que celebra a guerra, chamado de Festa do Navio ou *Etogo*.

Protagonismo indígena aqui é entendido, como deseja Maria Regina Celestino de Almeida (2012b, p.21), a partir “[...] da reflexão sobre o lugar dos índios na história, considerando sua invisibilidade enquanto sujeitos históricos no século XIX e o protagonismo crescentemente revelado pela historiografia atual”. Isso não significa reificar a noção de protagonismo, tampouco transformá-la em termo confortável, sem compreendê-la e problematizá-la a partir do estreito vínculo com a discutível concepção de agência (*agency*) nas Ciências Sociais. Afinal,

Se, por um lado, protagonismo e agência são úteis para analisar a presença e atuação dos indígenas na defesa de seus direitos e no encaminhamento das políticas públicas de diversos países, na contemporaneidade; por outro, a transposição desses conceitos para contextos históricos do passado traz consigo inegáveis armadilhas teóricas e metodológicas. (SANTOS; FELIPPE, 2016, p. 13)

Tais desafios, seguindo os passos de alguns investigadores que já se dedicaram à temática da memória da participação indígena na *Grande Guerra* (JOSÉ DA SILVA, 2007; SILVA, 2007; 2015) visa contribuir com o rompimento de uma ideia eurocêntrica de uma história contada apenas a partir do ponto de vista de quem detém a escrita e preserva registros, transformados em documentação. Dessa forma, ao *corpus* de documentos escritos, além de outros, podem e devem se juntar narrativas da tradição oral de populações ágrafas que possuem conhecimentos/saberes baseados nas oralidades, além de *performances* rituais, a respeito de suas próprias trajetórias espaço-temporais. No caso dos Kadiwéu há, ainda, um ritual de celebração, rememoração da Guerra do Paraguai e que revela muito sobre o passado e o presente daquela sociedade indígena.

Nesse tipo de pesquisa, de acordo com Maria Regina Celestino de Almeida (2012a, p. 151-152), “[...] métodos e fontes da história e da antropologia se articulam, se complementam e se complexificam à luz de pressupostos teóricos interdisciplinares que, presidindo tais análises, são ao mesmo tempo por elas reafirmados”. Não se espera, contudo, substituir ou desmerecer o trabalho realizado por historiadores que se debruçam sobre documentos de diferentes tipologias (escritos, iconográficos, etc.) em arquivos e outros locais de pesquisa. A pretensão é

somar àqueles trabalhos, a partir de uma perspectiva histórico-antropológica e descolonizante/ decolonial, outras vozes, tornando a história da Guerra do Paraguai mais polifônica e aberta a diversas interpretações e, também, a distintas formas de se lembrar e narrar o passado que, como se verificará, não passou para os Kadiwéu.

O objetivo do artigo é, portanto, apresentar um ponto de vista diferente do conflito bélico conhecido por Guerra do Paraguai, a partir da apresentação de fragmentos de narrativas recolhidas entre indígenas Kadiwéu no século XX e início do século XXI e referentes, sobretudo, às memórias de anciãos e anciãs. Verificando-se haver um protagonismo indígena exercido pelos ancestrais Kadiwéu durante a Guerra, se impõe a necessidade de que outros pontos de vista sejam considerados, a fim de se obter uma visão holística e plural (OLIVEIRA, 2001) do evento histórico e de seus desdobramentos para as populações dos países envolvidos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Se para os indígenas a Guerra do Paraguai jamais foi verdadeiramente encerrada, é possível que haja outras histórias – esquecidas, obliteradas por diversos interesses– que podem ser recuperadas, seja por historiadores, seja por antropólogos ou outros cientistas sociais.

Como afirma Walter D. Mignolo, tais histórias

[...] contribuem hoje para repensar, criticamente, os limites do moderno sistema mundial – a necessidade de concebê-lo como um sistema mundial colonial/ moderno e de contar as histórias não apenas a partir do interior do mundo “moderno”, mas também a partir de suas fronteiras. Estas não são apenas contra-histórias ou histórias diferentes; são histórias esquecidas que trazem para o primeiro plano, ao mesmo tempo, uma nova dimensão epistemológica: uma epistemologia da, e a partir da, margem do sistema mundial colonial/ moderno, ou, se quiserem, uma epistemologia da diferença colonial que é paralela à epistemologia do mesmo. (MIGNOLO, 2003, p. 82-83)

Assim, espera-se que por meio da apresentação e problematização de narrativas e ritual Kadiwéu a respeito da Guerra do Paraguai se possa vislumbrar como é lembrado e celebrado pelas populações indígenas no presente, o protagonismo exercido por indígenas na história do antigo Sul de Mato Grosso, hoje Estado de Mato Grosso do Sul.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>O Estado de Mato Grosso do Sul surgiu em 11 de outubro de 1977, como resultado do desmembramento do antigo Estado de Mato Grosso. (BITTAR, 2009)

## Os Kadiwéu: passado, presente (e futuro) de uma sociedade indígena em fronteiras

Única sociedade indígena do Centro-Sul brasileiro a viver atualmente em um território com mais de meio milhão de hectares de terras, os Kadiwéu, falantes de um idioma filiado à família linguística isolada Guaikuru, habitam o Norte do município de Porto Murtinho, região do Pantanal, Mato Grosso do Sul, fronteira do Brasil com o Paraguai. O conjunto de terras onde os indígenas estão localizados, juridicamente denominado Reserva Indígena Kadiwéu<sup>4</sup> e regionalmente conhecido como “Campo dos índios”, possui aproximadamente 538.536 hectares de terras, onde vivem 1.575 indivíduos autodeclarados Kadiwéu (BRASIL, 2010). Na Reserva vivem indígenas de outras etnias, além de Kadiwéu (que são absoluta maioria), tais como Kinikinai, Guarani, Ofayé e Terena, distribuídos em aldeias localizadas próximo às cidades de Bodoquena e de Bonito.

A Reserva foi demarcada pela primeira vez entre 1899 e 1903, como forma de reconhecimento por parte do governo do capitão-de-mar-e-guerra Antonio Pedro Alves de Barros (1842-1922), então presidente de Mato Grosso, aos atos de bravura demonstrados pelos indígenas nas escaramuças entre oligarquias locais que lutavam pelo poder em Mato Grosso. Durante o século XX os Kadiwéu sofreram inúmeros reveses na manutenção de seu território, incluindo o arrendamento de grande parte da área (FLORES, 2009) e a tentativa de usurpação das terras pela Assembleia Legislativa (JOSÉ DA SILVA, 2014). De uma população composta, ao final do século XIX, por apenas duzentas pessoas (BOGGIANI, 1975), os Kadiwéu hoje contam com pouco mais de 1.500 indivíduos e revelam, por meio de suas narrativas e de um ritual, a altivez pela participação dos ancestrais em conflitos como a Guerra do Paraguai, a guerra sem fim.

Os *Ejiwajegi* (autodenominação do grupo) são conhecidos e reconhecidos pela arte em cerâmica, pelas elaboradas pinturas corporais e pelo uso do cavalo (*Equus ferus caballus*), ao menos desde o século XVIII. A partir de fins do século XIX, após o término (pelo menos para os não indígenas) da Guerra do Paraguai e o início do processo de sedentarização do grupo, foram visitados por viajantes e etnógrafos que sobre eles deixaram valiosos registros escritos. Ao longo do século XX e início do

---

<sup>4</sup> A Reserva Indígena Kadiwéu possui fauna e flora extremamente diversificadas em função, principalmente, do fato de boa parte desta área inserir-se no ecossistema do Pantanal Sul-matogrossense e da presença da Serra da Bodoquena, que constitui um relevo com características muito diferentes daquelas comumente encontradas no Brasil Central. (VON BEHR, 2001)

XXI, os originalmente caçadores e coletores receberam em suas terras antropólogos que se deixaram fascinar pelos costumes de uma sociedade historicamente estratificada, dividida entre “senhores” (*otagodepodi*, considerados “puros” e chamados de “nobres”) e “cativos” (*niotagipe*, grupo resultante de relações interétnicas). Darcy Ribeiro (1980), Jaime Garcia Siqueira Júnior (1993) e Mônica Thereza Soares Pechincha (1994), dentre outros, escreveram a respeito dos Kadiwéu e coletaram mitos e narrativas de natureza diversa junto aos indígenas, descrevendo rituais de luto e outros.

Giovani José da Silva (2007; 2012), que foi professor da escola localizada na aldeia Bodoquena, a maior da Reserva, entre 1997 e 2004, revelou que, em sala de aula, indígenas Kadiwéu que estudavam em turmas de Educação Básica demonstraram o vigor das narrativas sobre a Guerra do Paraguai e de como teriam sido agraciados com as terras pela valerosa participação de seus antepassados no conflito. Partindo de algumas categorias de entendimento do passado manifestadas pelos indígenas (“histórias de admirar” e “histórias que aconteceram mesmo”), o historiador e antropólogo afirma que:

Dentre as “histórias que aconteceram mesmo”, os Kadiwéu ressaltam notadamente a Guerra do Paraguai (1864-1870), que teve intensa participação indígena, infelizmente esquecida pelos manuais didáticos de História do Brasil. O que mais impressiona em relação à memória dos Kadiwéu sobre o conflito platino é a ideia de que a guerra jamais tenha terminado e que a qualquer momento os brancos possam novamente precisar da ajuda dos “índios cavaleiros” para derrotar os inimigos. (JOSÉ DA SILVA, 2012, p. 69)

A introdução de uma terceira categoria – a História, componente curricular escolar “inventado” e levado às aldeias por não indígenas – proporcionou reflexões a respeito da “obsessão” por documentos escritos como provas essenciais para a elaboração de narrativas sobre o passado. A história contida em livros e manuais, de acordo com os indígenas, supervalorizaria o escrito e desprezaria aquilo que é transmitido oralmente/ performaticamente de uma geração à outra. Não foi à toa que os Kadiwéu perceberam, com pesar, a ausência da participação indígena em diversos episódios da história brasileira narrados em livros didáticos, tais como a Guerra do Paraguai. Apesar disso, acreditavam ser importante conhecer a história trazida pelo “brancos” como forma de entender melhor as representações construídas pelo Outro em tempos pretéritos e em diferentes espaços, tais como a Europa, de

onde vieram portugueses e espanhóis, trazendo os tão admirados cavalos (JOSÉ DA SILVA, 2012).

Vivendo em fronteiras étnicas, nacionais e outras, os Kadiwéu do século XXI reelaboram suas memórias e as reproduzem entre si, como fator de coesão do grupo frente a não indígenas, sejam professores ou invasores/ posseiros e outros. A chegada da luz elétrica, ao final da primeira década do milênio, trouxe significativas e drásticas mudanças, ainda não avaliadas, ao cotidiano dos indígenas nas aldeias. Assim, a manutenção de certas tradições, tais como as narrativas orais, o ritual e o papel dos *laxokodi* (anciãos e anciãs) na transmissão de determinados saberes/ conhecimentos, permanecem como valores relevantes para todo o grupo, ainda que “ameaçados” pelo uso de novas tecnologias, tais como telefones celulares, computadores e televisores. Contudo, a Guerra do Paraguai, por jamais ter sido encerrada definitivamente na memória social Kadiwéu, continua a povoar os sonhos e as lembranças de *nigaanigipawaanigi* (meninos e meninas).

Cândido Kadiwéu, em narrativa registrada por Mônica T. S. Pechincha (1994, p. 145), revelou que “[...], todos nós sabemos, este campo a gente ganhou do governo. Será que tem alguma criança que não sabe que esse campo é do Kadiwéu? Não tem essa criança que não sabe que esse campo é deles”. Na guerra contra o Paraguai, os Guaikuru teriam lutado pelo Brasil, contra as tropas de Francisco Solano López (figura desprezada pelos indígenas em suas narrativas), em favor dos brasileiros. Na memória social e no ritual indígenas, a participação no conflito sul-americano garante e continuará garantindo, através dos tempos, a posse do território que hoje ocupam os *Ejiwajegi*.

Assim, a guerra se faz presente entre os atuais descendentes dos “índios cavaleiros” e não apenas no plano da memória, mas também nas brincadeiras infantis e nos conselhos dados pelos mais velhos aos jovens, para que fisicamente se exercitem de forma contínua e disciplinada, tornando-se robustos e valorosos. Se a participação indígena ainda não se apresenta com força em materiais didáticos e no ambiente escolar, é possível perceber o quanto se revela no cotidiano das seis aldeias (Barro Preto, Bodoquena, Campina, Córrego do Ouro, São João e Tomázia) que compõem a atual Reserva Indígena Kadiwéu. Entre memória e esquecimento, faces de uma mesma moeda, a *Gaxiana* recebe constantes atualizações e ressignificações, sendo perpetuada em um misto de “história que aconteceu mesmo” e “história de admirar”.

## A Guerra do Paraguai, 1864-1870: participações (obliteradas) de indígenas no conflito

Sobre a participação de indígenas na Guerra do Paraguai há, atualmente uma pequena, porém significativa, literatura científica na área de História (MARQUES, 2004; ALMEIDA, 2006, por exemplo) e, especificamente sobre os Kadiwéu – e seus ancestrais, os Guaikuru – devem ser citados os trabalhos de Cirlene Moreno Corradini (2007) e de Maria de Fátima Costa (2008). Todos estes estudos têm em comum a preocupação de se buscar em documentos escritos, iconográficos e outros, menções a respeito da presença indígena na Guerra, ampliando o escopo dos estudos sobre o conflito e incluindo gentes antes ignoradas ou pouco lembradas pela historiografia tradicional.

Como bem afirmou Costa:

El conflicto bélico en que el Imperio Brasileño se alió con Argentina y Uruguay contra Paraguay, entre 1864 y 1870, ha merecido importantes estudios desde el siglo XIX. Con diferentes enfoques, autores de diversas nacionalidades han dado énfasis a los hechos militares heroicos o han abordado cuestiones político-económicas relacionadas con la contienda. Escapando a esos recortes, estudios recientes dedicaron atención a los actores del conflicto; se ha observado la presencia de negros y mujeres en la guerra, y también se ha intentado dar visibilidad a los indígenas que se involucraron o que fueron envueltos de ambos lados de la contienda. (COSTA, 2012, p. 63)

Assim, depois de muito tempo de invisibilidade historiográfica, as populações indígenas na História do Brasil do século XIX passaram a ser estudadas a partir de novos enfoques, mostrando-se partícipes e protagonistas em diferentes momentos e movimentos sociais e políticos (ALMEIDA, 2012b). As ideias de Francisco Adolfo Varhagen, na década de 1850, de que para os índios “*não há história, há apenas etnografia*” (In: MONTEIRO, 1995, p. 221); *italicos no original*), portanto, parecem ter ficado definitivamente no passado. O “renovado interesse pela história indígena” manifestado por antropólogos, como sugeriu John Manuel Monteiro (1995, p. 221) em meados dos anos 1990, estendeu-se a historiadores preocupados em revelar que a tese da extinção da população indígena no Brasil não se confirmou ao longo do tempo.

Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2005, p. 1) afirmam que a Guerra do Paraguai é tido como um conflito “[...] divisor de águas na história platina, não apenas na trajetória dos estados-nações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas também no processo histórico e sociocultural de muitos povos indígenas (Guató, Kadiwéu, Kaiowá, Nandeva, Payaguá, Terena e outros)”. Analisando a participação dos Terena na Guerra e, também, a luta destes índios pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, entre o final do século XX e o início do XXI, os pesquisadores chegaram à conclusão que “[...] a participação indígena nesse conflito bélico [Guerra do Paraguai] faz parte de uma memória coletiva e essa memória, por ser dinâmica, vem sendo constantemente (re) significada pelos grupos diante de novas situações sócio-históricas” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2005, p. 7-8). Estudos como esse e outros (ESSELIN; VARGAS, 2015) demonstram o vigor das ideias de Maria Regina Celestino de Almeida (2012b) de que os indígenas têm deixado os bastidores e hoje ocupam o palco da história, também protagonizando-a.

Ainda de acordo com a mesma autora:

As pesquisas atuais sobre os índios em contato com sociedades envolventes versam sobre os mais diversos temas em diferentes espaços e temporalidades, com significativa prioridade para o período colonial. Embora menos estudada, a presença e a atuação indígena na história do século XIX vem se tornando cada vez mais visível em pesquisas sobre diferentes temas. Dentre eles, ressalto [...] os inúmeros conflitos em regiões de fronteira, envolvendo índios dos sertões que negociavam com autoridades civis e militares; e a participação indígena nas forças militares, na guerra do Paraguai e nas rebeliões e movimentos políticos nas províncias do novo Império, entre outros.(ALMEIDA, 2012b, p. 24)

Seja como soldados ou fornecedores de víveres às tropas brasileiras, ou ainda como “espiões” na fronteira entre Brasil e Paraguai, houve nos territórios em litígio intensa circulação e participação indígenas, antes e durante o conflito. De acordo com Paulo Marcos Esselin e Vera Lúcia Ferreira Vargas (2015, p. 374),

Os nativos reunidos na Serra de Maracaju prestaram relevantes serviços ao exército imperial, fornecendo homens, alimentos e guias. Tão logo ocorreu a invasão de Mato Grosso, as tropas paraguaias invadiram os aldeamentos indígenas e destruíram os cultivos que concorriam para o abastecimento da vila de Miranda e imediações, como também atearam fogo nos galpões que armazenavam os suprimentos.

Ainda segundo os mesmos historiadores, os Guaikuru, não sendo agricultores, além de fornecerem homens, também ofereceram cavalos e reses ao Exército brasileiro.

Os trabalhos destes e de outros pesquisadores que se debruçam sobre a história dos índios no Brasil e a presença de populações indígenas em diversos momentos/ eventos da história brasileira são dignos de nota. Seja buscando em arquivos, dentro ou fora do país, por documentos que possam desvendar tais presenças, seja relendo conhecidos documentos com um olhar histórico-antropológico, tentando enxergar nas entrelinhas, nas lacunas, nas ausências e/ ou obliterações, o passado indígena de que também é feito o Brasil, os estudiosos da chamada História Indígena, Etno-História ou História dos Índios muito já fizeram.<sup>5</sup> Há muito o que fazer, porém: narrativas indígenas coletadas/ anotadas por antropólogos, por exemplo, ainda não mereceram a atenção da parte de historiadores que investigam a Guerra do Paraguai, exceção feita aos trabalhos de Giovani José da Silva (2007) e Edson Silva (2007; 2015).

Tais narrativas seriam, do ponto de vista da História, confiáveis? Teriam o mesmo peso historiográfico que os documentos escritos para o desvendamento da participação de indígenas na Guerra do Paraguai? Não seriam apenas fragmentos de memórias, uma tentativa de mitificação da história? Para ajudar a enfrentar essas e outras questões, as palavras do antropólogo José Jorge de Carvalho lembram, assertivamente, que:

É claro que a tradição das narrativas orais possui um caráter fragmentário - essa é sua condição mais comum de apresentação. Porém são justamente esses fragmentos que falam da condição de subjetividade, que inscrevem as relações hierárquicas de poder que configuram nossa realidade. Aqui nossa estratégia é [...] inscrever as obras (conjuntos de fragmentos) anônimas de nossas populações. E o ato de inscrevê-las não deve ser entendido como um ato neutro, puramente acadêmico. [...] O efeito das narrativas deve fazer-se sentir [...] deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado... porém desenraizado, pária, desimpedido, aberto à alteridade, com uma vocação irredutivelmente universalizante. (CARVALHO, 1999, p. 25)

---

<sup>5</sup>No escopo do presente artigo não se discutirá questões sobre conceitos, métodos e relevâncias da pesquisa entre Etno-história e História indígena. Cf., por exemplo, Thiago Leandro Vieira Cavalcante (2011).

Dessa forma, se justapostas ao conjunto de conhecimentos/ saberes já acumulado sobre a participação indígena na Guerra do Paraguai, as memórias Kadiwéu e de outros grupos a respeito do conflito platino podem ajudar a desvendar essa participação, preenchendo lacunas e respondendo aos silêncios impostos por muito tempo aos indígenas, dentro e fora das páginas da História do Brasil.

### **A história (sem fim) da Guerra: memórias e narrativas Kadiwéu**

Relembrando situações contadas pelos pais e avós, estes últimos vivos à época do conflito platino, o indígena Antônio Mendes afirmou à antropóloga Mônica T. S. Pechincha, no início dos anos 1990, que:

E lá no governador dele os soldados brasileiros já idearam falar para ele que a indiada ajudou, senão já tinham perdido. No outro dia, chamou a indiada o tal de Coronel de Barros. Coronel de Barros, comandante do batalhão. Aquela indiada, indiada sem roupa, nada. É indiada. Alguns deles falava um pouco português. E falou: “aqui, pessoal, vamos fazer nossa reunião. Eu quero saber o que você queria ganhar. Espera, eu te dou dinheiro. Está lá a sacola de dinheiro. Eu vou te dar esse daqui agora, sacola de dinheiro, olha lá”. O capitão [liderança indígena] falou: “senhor, índio não sabe pegar dinheiro. Não vamos pegar a sacola. O que vamos fazer com este dinheiro? Então nós queremos, se fossemos ganhar algum, ganhar o nosso lugar. Nós não vamos querer o dinheiro, nós vamos querer a área para criar os nossos filhos”. Como até hoje é nosso lugar aqui. É sagrado. Não é como Terena, Kayowá, Xavante. Toda esta indiada é nativa ali. Nós somos nativos daqui. Mas ainda temos a segurança que ajudamos a segurar a bandeira do Brasil.<sup>6</sup>

O “coronel de Barros” a que se refere o indígena é, possivelmente, o então presidente do Estado de Mato Grosso entre o final do século XIX e início do XX, Antonio Pedro Alves de Barros, partícipe da Guerra do Paraguai. Deslocá-lo temporalmente na memória social Kadiwéu é uma operação que exige articulação entre as glórias do passado guerreiro e as acirradas lutas do presente, em que os Kadiwéu enfrentam tentativas de usurpação do território conquistado. A apropriação que estes índios fazem de sua participação na Guerra do Paraguai, portanto, associa o conflito à legitimação da posse da Reserva, pois como rememorou a anciã Durila ao antropólogo Jaime G. Siqueira Júnior, no final dos anos 1980:

---

<sup>6</sup>Citado por PECHINCHA, 1994, p. 153.

Ninguém jamais poderá tomar posse desse campo, isto vem desde antigamente, ninguém podia entrar. Hoje é diferente, ninguém teme mais os índios, ninguém mais respeita, nós que tememos as altas autoridades, parece que eles que querem ser o dono do que na realidade é nosso, mas foi uma autoridade superior de quem o capitão ganhou esta terra, como recompensa no término da guerra contra os paraguaios. Dizia para ele: – Tome esta terra capitão, esta será sua, se eu pagasse em dinheiro não daria, mas essa terra durará para sempre, cuide sempre desta terra, não deixe que ninguém a tome.<sup>7</sup>

Outra mulher indígena, a anciã Albertina, lembrou à Pechincha (1994, p. 144), que “Começou a Guerra do Paraguai até a cidade de Coimbra. Lá ainda existe algum livro onde foram registrados os Kadiwéu. Estes conheciam muito mais essa cidade, os Kadiwéu sempre iam lá”. A anciã remeteu a participação indígena a algum registro escrito, sabedora da necessidade que os brancos têm de provas documentais para fins de comprovação. Segundo Siqueira Júnior (1993, p. 210), “[...] os depoimentos sobre a participação na guerra têm uma grande riqueza de detalhes, revelando a minúcia com que elaboraram esse evento na sua memória e ressaltando um ‘ethos’ guerreiro [...] com que enfrentaram os brancos”. Desse enfrentamento, os Kadiwéu teriam saído fortalecidos e, por essa razão, agraciados com o conjunto de terras que hoje constituem a Reserva Indígena Kadiwéu.

A contrapartida que os Kadiwéu afirmam ter recebido pela participação na Guerra do Paraguai foi o reconhecimento, pelo Imperador D. Pedro II, sobre o território que ocupavam tradicionalmente. A exemplo dos Kadiwéu, grupos indígenas do Nordeste brasileiro também afirmam que a posse das terras que habitam foi confirmada pelo Imperador (SILVA, 2007; 2015). “Alguns Kadiwéu chegam a especular sobre a existência de um documento assinado pelo Imperador, que estaria muito bem guardado (embora ninguém saiba onde), confirmando a posse do território aos Kadiwéu” (SIQUEIRA JÚNIOR, 1993, p. 214-215). Em 1981, a Funai (Fundação Nacional do Índio) incumbiu a antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão de encontrar o tal documento ou qualquer referência ao mesmo, mas a pesquisadora afirmou nada ter conseguido nos arquivos visitados.<sup>8</sup>

Interessante notar o destaque dado à figura de D. Pedro II na aquisição do vasto território que hoje ocupam os Kadiwéu. Tanto indígenas quanto não indígenas, nos dias de hoje, se referem ao monarca como o grande responsável pela doação de

<sup>7</sup>Citada por SIQUEIRA JÚNIOR, 1993, p. 210.

<sup>8</sup>Informação sobre os índios Kadiwéu, datada de 17 de junho de 1981, assinada pela antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão e encaminhada à assistente do DGPI/ Funai, Hidegart Rick. Documento consultado no Arquivo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. (Cf. JOSÉ DA SILVA, 2014)

terras ao grupo, por causa de sua participação na Guerra do Paraguai. Entretanto, até o momento não foram encontrados, por nenhum pesquisador, quaisquer documentos que comprovem tal doação.

Sobre a postura do Imperador D. Pedro II em relação às populações indígenas da segunda metade do século XIX, Adriana Vargas Marques(2004, p. 49), ressalta, entretanto, que

[...] podemos perceber no pronunciamento de Dom Pedro II do dia 23 de setembro de 1867, ao encerrar a Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura da Assembléia Geral, Rio de Janeiro, cujo objetivo era informar sobre a situação da guerra e nenhuma menção aos feitos indígenas é feita, sendo os elogios direcionados apenas à coluna expedicionária de Mato Grosso, que restituíram à liberdade grande número de famílias brasileiras.

Contraopondo-se ao discurso oficial, em entrevista à Pechincha, no início dos anos 1990, época em que os Kadiwéu já se viam envolvidos em sérios conflitos com fazendeiros e posseiros pelo usufruto da Reserva, o indígena Cândido referiu-se ao Imperador dessa forma:

Não é Reserva, é propriedade. Na guerra do López, ajudamos o governo, ajudamos o Brasil, o Kadiwéu. *Finado Pedro II*. Se não fosse essa indiada, o López tinha pegado até Campo Grande, até Campo Grande, até Paraná. A indiada não quer entregar a bandeira do Brasil. Foi flecha, porrete, faca, machado, disse que matava paraguaio igual peixe, na porta de Porto Coimbra. Diz que correu o sangue do paraguaio igual água. O comandante do exército falou: “o indiada, vocês querem dinheiro?”. O capitão falou que não queria dinheiro, queria que entregasse o campo do índio, para caçar, propriedade para herança dele, a troco do sangue do índio. Por isso nós ganhamos esta terra aqui. Porque a indiada ajudou o Brasil, aí entregou o campo para o índio caçar.<sup>9</sup>

A apropriação que os índios Kariri-Xocó, de Alagoas, fazem de um evento envolvendo a figura do Imperador, comentada por Vera Calheiros Mata, auxilia na compreensão das narrativas Kadiwéu presentes com muita força até os dias atuais:

Porém, é importante recuperar a maneira como a história é interpretada pelo grupo. Se a tradição oral atribui à viagem de D. Pedro a doação ou reconhecimento de terras, esta viagem se torna um marco significativo para legitimar a “posse imemorial” das terras. [...] a figura “paternal” do Imperador, que doa terras aos índios, *extrapola*

---

<sup>9</sup>Citado por PECHINCHA, 1994, p. 146; grifos do autor.

*os grupos aqui estudados.* Contudo, enquanto se registra na memória social esta imagem de D. Pedro II, a legislação do Império é implacável em sua política de “erradicação do problema indígena”. Além disso, [...] o Imperador partilha da ideologia corrente, a respeito das populações indígenas “remanescentes”, desqualificando-as pela mestiçagem e degenerescência... (MATA, 1989, p. 69; grifos do autor).

Assim como os Kadiwéu, “[...] os Wassu, [...], destacam a sua participação na Guerra do Paraguai, em consequência da qual teriam recebido as quatro léguas de terra que reivindicam: ‘Os caboclos foram para os reis para pedir a D. Pedro nós deseja um chão de casa para criar família. Ele deu.’” (CARVALHO, 1984, p. 176-177).

Maria Rosário G. de Carvalho (1984), em artigo sobre a identidade dos povos do Nordeste, refere-se ao fato de que diversos grupos indígenas da região atribuem ao imperador D. Pedro II a doação de terras, hoje em litígio. Outros autores, como Edson Silva (2007; 2015), também registram o mesmo fato entre grupos indígenas distintos.

Darcy Ribeiro relata, por exemplo, que:

Ainda hoje os *Xerente* recordam aos vizinhos sertanejos as “ordens do Imperador”, como seu título indiscutível ao território tribal cada vez mais reduzido. A figura do imperador D. Pedro II assumiu tamanha importância para estes nossos contemporâneos *Xerente* que eles o incluíram na sua mitologia, identificando-o como o ancestral mítico de uma das metades tribais. Naqueles textos, o imperador é a própria personificação dos direitos da tribo à terra em que sempre viveram, cuja posse é a condição de sua sobrevivência como povo. [...] O imperador mítico não garante somente as terras, mas tudo que sua posse representa; ele é o guardião da tribo contra todos os males que adviriam de sua morte; assim, e por extensão, só dele podem vir as grandes desgraças. Por isto, quando estão enfermos, sofrem e morrem, é o herói mesmo que está morto e do túmulo comanda o destino de seu povo (RIBEIRO, 1970, p. 67; grifos no original).

Os Kadiwéu na atualidade, sejam crianças, jovens, adultos e idosos, contam como venceram os paraguaios na *Gaxiana* e como nenhum indígena Guaikurufoi morto no conflito. Apesar da introdução da História escolar nas aldeias, em que é afirmado o fim do sangrento conflito platino em 1870, é possível imaginar que as memórias e o ritual sobre a Guerra do Paraguai continuarão sendo transmitidas de uma geração à outra. Ainda que sofram modificações ao longo do tempo, processo inerente à toda transmissão de tradição oral, as narrativas Kadiwéu continuarão reafirmando a altivez e o protagonismo indígenas no evento histórico. Afinal, é a isso

que se referem as memórias, as narrativas e o ritual dos *Ejiwajegi*: quem são, o que foram e o que querem ser os Kadiwéu.

Para tanto, além das narrativas sobre a guerra, os Kadiwéu criaram um ritual, uma festa que simboliza o conflito contra o Paraguai. Trata-se da Festa do Navio, ou *Etogo*, em idioma Guaikuru. Na última vez ao que se sabe em que foi realizado, em 1992, os Kadiwéu foram estimulados a recriá-lo a partir de sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Há material audiovisual gravado sobre o ritual do *Etogo* e as lideranças Kadiwéu da aldeia Bodoquena têm revelado o desejo de voltar a realizar novamente o ritual, para que as gerações mais jovens de indígenas tenham contato com uma importante tradição *Ejiwajegi* e possam celebrar e rememorar a valentia dos antepassados.<sup>10</sup>

### **O *Etogo*/ A Festa do Navio: a guerra em constante atualização e ressignificação**

A Festa do Navio ou *Etogo* trata-se de um ritual em que há uma réplica (mais imaginada do que, de fato, construída fisicamente) de um navio de guerra (daí o nome), marcando um acontecimento especial para os indígenas Kadiwéu, inscrito na memória e na história do grupo: a participação e o protagonismo ancestral na Guerra do Paraguai. Ao escolherem um símbolo não indígena, um navio, apropriando-se dele e transformando-o em um ritual de “deboche” em relação aos paraguaios, os Kadiwéu afirmam-se, mais do que nunca, serem os senhores da guerra, de ontem e, também, de hoje, em que enfrentam invasores e posseiros em suas terras. De acordo com Pechinha (1994, p. 187), “Se o ritual tem um caráter tradicionalizador, os Kadiwéu armaram um teatro para se verem em outros tempos.”

Todo ritual, afirma Durkheim (1989), simboliza representações coletivas, favorecendo que por meio dele determinada sociedade tome consciência de si mesma. No caso do *Etogo*, a identidade de guerreiros, “cavaleiros Guaikuru” ganha forma e contornos bem definidos, em que os Kadiwéu rememoram o passado, o “tempo dos antigos” e reafirmam-se no tempo presente, com vistas ao futuro. O tempo compreendido pelos Kadiwéu difere da maneira como os não indígenas enxergam

---

<sup>10</sup>Há notícias de que na década de 1960 teria ocorrido o ritual, informação que vem sendo pesquisada por IdjahureKadiwel, em dissertação de mestrado em Antropologia sobre o tema a ser defendida no Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e orientada por Carlos Fausto. Informação obtida pessoalmente em campo. Fev. 2018.

diacronicamente suas trajetórias. Enquanto para muitos “brancos” o tempo seria estritamente cronológico, linear, visto como uma sucessão de eventos que se iniciam e se encerram, para os Kadiwéu o tempo tem características cíclicas, em que passado e presente podem se entrecruzar, se renovar, como as estações do ano que continuamente marcam a chegada e a partida de elementos que, em algum momento, retornarão às aldeias e às vidas indígenas.

Dessa forma, anciãos Kadiwéu explicam porque os *Ejiwajegi* são visitados de tempos em tempos por homens (e mulheres, também) curiosos, “perguntadores”, que os espreitam e os acompanham em seu cotidiano, desejosos por conhecer seus mistérios, suas histórias. Para oferecimento aos pesquisadores há um repertório de narrativas a serem contadas a fim de se saciar a curiosidade, além da necessidade de obtenção de informações. Nesses contextos, mitos podem ser “recriados”, “renovados”, ao serem rememorados e narrados por meio das oralidades e *performances* as tradições recebem atualizações e novos significados, mantendo uma tênue, porém resistente, linha da memória/ esquecimento. Com a Festa do Navio, o *Etogo*, não poderia ser diferente.

Mônica T. S. Pechincha (1994, p. 171-172) assistiu à Festa do Navio em 1992 e a descreveu em detalhes na dissertação de mestrado em Antropologia defendida na Universidade de Brasília (UnB), orientada por Julio Cezar Melatti. A antropóloga apresentou as personagens do ritual da seguinte forma:

Impassíveis, aguardando os seus súditos, ali estavam sentados aqueles personagens: Maxotagi, o “Macho”, que, sendo cego, conta com um ajudante especial, que se assentava à sua esquerda. Este é o Ligecoe, os “Olhos do Macho”, uma espécie de “dedo duro” incumbido de informar o seu chefe sobre qualquer desordem no Navio, ou mesmo fora dele. [...]

Ao lado direito do Macho, o seu companheiro, o “Pequeno” (Lionigawanigi), tão respeitável quanto aquele. Ao lado direito do Pequeno assentavam-se dois odakilo (“nossa cabeça” ou “cabeçantes”). [...]. Ladeando-os, encontrava-se outro personagem notável: o Ixoteceonibedonaonibegi, o “Dedo no Cu”, cujo nome por si só já evocava uma das grandes atitudes proibidas, o riso. Dedo no Cu era encarregado, entre outras funções da ronda do Navio. [...]

Ainda faziam parte da tripulação do Navio o delegado, os cabos, o sargento (jajentege) e os escrivães (nidikuna).

Durante o ritual, qualquer homem indígena é chamado de “soldado” e qualquer mulher indígena é tratada por “paraguaia”. Além das personagens citadas por Pechincha, há os *bobotedi*, também chamados de *bobos*, figuras mascaradas que

surgem em importantes eventos festivos entre os Kadiwéu. A identidade dos disfarçados não pode ser revelada e sua aparição causa alegria e terror entre crianças e adultos. O *Etogo* observado em 1992 estendeu-se por oito dias, mas há informações recentemente coletadas entre os indígenas de que o ritual pode ter até um mês ou mais de duração.<sup>11</sup>O *Etogo* pertence a uma família de “nobres” e passa de geração a geração, de forma hereditária. Há, contudo, a possibilidade de ser “comprado” por outra família indígena, desde que seja “nobre”, e passar a ser executado de acordo com as regras tradicionais.

Para os Kadiwéu, não apenas a realização, mas o “falar sobre” a Festa do Navio representa a reafirmação da supremacia indígena na Guerra do Paraguai. Não importa a eles se os *ecalailegi* (não indígenas) os esqueceram em suas narrativas escritas a respeito do conflito platino, pois eles sabem o quão foi importante sua participação e o quanto o Brasil e os brasileiros devem a eles e a seus antepassados. Em perspectiva decolonial/ decolonizante, os *Ejiwajegi* leem criticamente o mundo, intervêm na reinvenção da sociedade e visibilizam a desordem absoluta da descolonização. (WALSH, 2009, p. 13)

### Considerações finais

A reflexão sobre o uso de narrativas indígenas a respeito de eventos históricos, por meio da memória e da mitologia (JOSÉ DA SILVA; SILVA, 2017), pode ser um interessante e salutar exercício para os que se dedicam a revelar protagonismos indígenas na história. A memória social e o ritual Kadiwéu sobre a Guerra do Paraguai e seus desdobramentos, por exemplo, constituem uma fonte inestimável de informações e, mais do que isso, de percepções sobre o conflito e a participação dos índios nele. Narrativas recolhidas por antropólogos, viajantes e outros, ao longo do tempo, permitem diferentes aproximações e interpretações, que devem se valer de um diálogo transdisciplinar, notadamente entre a História e a Antropologia. Não se trata, pois, apenas de mitificar a história, mas de historicizar mitos, rituais e memórias indígenas, ressignificando discursos e *performances*, expressando formas criativas de resistência, explicando e construindo novas outras narrativas.

---

<sup>11</sup> Uma liderança Kadiwéu, pertencente ao estrato dos “guerreiros” e que ascendeu à “nobreza, em conversa informal com o autor do artigo, em fevereiro de 2018, na aldeia Bodoquena, revelou que durante a Festa do Navio circula um dinheiro produzido pelos próprios indígenas e que, além disso, há o costume de se consumir jabuti assado no próprio casco, mel e palmito, iguarias bastante apreciadas pelos Kadiwéu, especialmente entre os mais idosos.

Na perspectiva decolonial/ descolonizante as falas e os rituais indígenas merecem um espaço na História antes apenas reservado ao que estava escrito ou mesmo a artefatos que sobreviveram ao tempo. Ora, a memória, com suas luzes e sombras (FRANK, 1999), pode ajudar a entender como uma sociedade se enxerga e como projeta sobre as outras um entendimento de/ sobre si. São histórias silenciadas, obliteradas, desconsideradas e que juntamente com rituais e outras manifestações constituem possibilidades de construção de narrativas não hegemônicas, destoantes. Em um diálogo entre História e Ciências Sociais, notadamente a Antropologia, verificam-se possibilidades de, em diferentes tempos e espaços, se enxergar protagonismos indígenas.

Como já referido, José Jorge de Carvalho (1999) convidou seus colegas etnógrafos a se deixarem impactar por discursos que se apresentam estranhos, distantes, inacabados, inadequados e, ao mesmo tempo, desenraizados, párias, desimpedidos, abertos à alteridade, com uma vocação irredutivelmente universalizante. Convida-se os colegas historiadores interessados nos protagonismos indígenas na história/ História a fazerem o mesmo, ou seja, que se tente inscrever as vozes ainda não presentes no cânone oficial, como a dos Kadiwéu e a de outros grupos indígenas (e nãoindígenas, também). Este parece ser um caminho interessante, em tempos marcados pelos desconcertantes e contraditórios efeitos da globalização/ mundialização na América Latina e no mundo, para se buscar compreender, de outros pontos de vista, a presença de populações indígenas na História.

As narrativas e o ritual Kadiwéu sobre a Guerra do Paraguai revelam mais do que simplesmente a participação de determinado grupo indígena em um conflito bélico: se associadas a outras narrativas, desenvolvidas por grupos até então também marginalizados/ subalternizados, mostram os silêncios, as lacunas, as obliterações, os esquecimentos dos quais a História do Brasil, ainda bastante eurocêntrica, está repleta. É interessante, pois, notar que um conflito ocorrido no século XIX (findado para a maioria dos brasileiros e ainda não acabado para determinado grupo indígena) continue “vivo” em ritual, em memórias e histórias relatadas em volta de fogueiras, em noites de céu estrelado, e seja lembrado cotidianamente como relevante componente da identidade, do ser Kadiwéu.

De todos os aspectos da organização social e cultural dos indígenas Kadiwéu, escolhidos como sinais diacríticos na história de suas relações interétnicas para a

construção de identidades, os usos do território e a Guerra do Paraguai, a *Gaxiana*, se constituem em elementos dos mais relevantes e significativos. Não deixam de ser, por outro lado, o resultado da situação de expansão da sociedade nacional sobre as áreas originais e sucessivamente ocupadas pelos índios ao longo do tempo. As memórias indígenas referem-se ao passado, mas são construídas no presente e para responder a inquietações do momento atual vivido pelo grupo. Ao mesmo tempo, promovem um diálogo com o futuro da população indígena e das consequências provocadas pelo intenso contato com não indígenas. Dessa forma, lutas do tempo presente podem não ser mais escaramuças dos “tempos de antigamente”, mas reelaboram e ressignificam a guerra, inclusive a do Paraguai, para uma sociedade de artistas e de guerreiros, os Kadiwéu, os “índios cavaleiros”, descendentes dos outrora destemidos e vitoriosos Mbayá-Guaikuru.

## Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a. p. 151-168.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **História Hoje**, São Paulo: Anpuh, v. 1, n. 2, p. 21-39, dez. 2012b.
- ALMEIDA, Rosely Batista Miranda de. **A presença indígena na Guerra com o Paraguai (1864-1870)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2006.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Vol. 1. Campo Grande: UFMS, 2009.
- BOGGIANI, Guido. **Os caduveos**. Tradução de Amadeu Amaral Júnior. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1975.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). **Brasil e Paraguai: uma releitura da Guerra**. Cuiabá: Entrelinhas/ EdUFMT, 2012.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000/ 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25/ 01/ 2017.
- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Série Antropologia**, Brasília: UnB, n. 261, 30 p., 1999.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de. A identidade dos povos do Nordeste. **Anuário Antropológico 82**, Rio de Janeiro/ Fortaleza: Tempo Brasileiro/ UFC, p. 169-188, 1984.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, São Paulo, vol. 30, n. 1, p. 349-71, jan./ jun. 2011.

CORRADINI, Cirlene Moreno. **Os Guaikuru-Kadiwéu no contexto da Guerra do Paraguai**: fronteiras, relações interétnicas e territorialidades. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2007.

COSTA, Maria de Fátima. Índios en la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). **Brasil e Paraguai**: uma releitura da Guerra. Cuiabá: Entrelinhas/ EdUFMT, 2012. p. 63-85.

COSTA, Maria de Fátima. Los guaicura y la Guerra de la Triple Alianza. In: RICHARD, Nicolas (Comp.). **Mala guerra**: los indígenas en la Guerra del Chaco (1932-1935). Asunción/ Paris: Museo del Barro/ ServiLibro/ CoLibris, 2008. p. 355-368.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa** o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Pereira Neto; revisão de José Joaquim. São Paulo: Paulinas, 1989.

ESSELIN, Paulo Marcos; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo: UPF, v. 15, n. 2, p. 367-382, jul./ dez. 2015.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Tradução de T. Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FLORES, João. **Muita terra para pouco índio?** A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, 2009.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 1999. p. 103-117.

GRIFFITHS, Glyn. **Dicionário da língua Kadiwéu**: Kadiwéu-Português/ Português-Kadiwéu, Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2002.

JOSÉ DA SILVA, Giovani. **A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984)**: memória, identidade e história. Dourados: UFGD, 2014.

JOSÉ DA SILVA, Giovani. Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena. **História Hoje**, São Paulo: Anpuh, v. 1, n. 2, p. 59-79, dez. 2012.

JOSÉ DA SILVA, Giovani. Notícias da guerra que não acabou: a Guerra do Paraguai (1864-1870) lembrada pelos índios Kadiwéu. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados: UFGD, v. 9, n. 16, p. 83-91, 2007.

JOSÉ DA SILVA, Giovani; SILVA, Vitor Ferreira da. Ensino de História e mitologias indígenas: memórias e narrativas Kadiwéu (MS) e Wajãpi (AP). **Revista Historiar**, v. 9, n. 17, p. 8-28, jul./ dez. 2017.

MARQUES, Adriana Vargas. **Um exército invisível**: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, GO, 2004.

MATA, Vera L. Calheiros. **A semente da terra**: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu: Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1989.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai**: como construímos o conflito. São Paulo/ Cuiabá: Contexto/ EdUFMT, 1998.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/ projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995. p. 221-228.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, UFMT, v. 2, n. 2, p. 115-124, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. In: Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005, Londrina. **Anais...**Londrina: UEL, 2005. p. 1-8.

PECHINHA, Mônica Thereza Soares. **Histórias de admirar**: mito, rito e história Kadiwéu. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Protagonismo como substantivo na História indígena. In: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SCHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 1976.

SILVA, Edson. “A história contada pelos que voltaram”: história e memórias indígenas no Nordeste sobre a Guerra do Paraguai. **Diálogos**, Maringá: UEM, v. 19, n. 3, p. 1043-1063, set./ dez. 2015.

SILVA, Edson. “Nós vencemos a guerra!”: história, memórias e leituras indígenas da Guerra do Paraguai. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, Recife: UFPE, n. 25-2, p. 39-65, 2007.

SIQUEIRA JÚNIOR, Jaime Garcia. “**Esse campo custou o sangue dos nossos avós**”: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 1993.

VON BEHR, Miguel. **Serra da Bodoquena** – história, cultura, natureza. Curitiba: Free, 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

*Recebido em Abril de 2018*  
*Aprovado em Junho de 2018*